

# Deputados decidem o imposto sobre salários

por João Alexandre Lombardo  
de Brasília

1º DEZ 1988

Depois de intensa discussão levantada pelos partidos de esquerda, sobre a inconveniência de se votar o salário dos parlamentares antes do novo salário mínimo, os deputados aprovaram ontem à noite, em sessão conjunta do Congresso Nacional, projeto de decreto-legislativo adaptando a remuneração dos parlamentares à nova Constituição. O projeto determina que, a partir de agora, o parlamentar pagará Imposto de Renda sobre seu salário, que neste mês equivale a CZ\$ 4 milhões. Até às 23h15, os senadores ainda deliberavam sobre o assunto.

A remuneração do parlamentar foi dividida em duas partes: subsídio e representação. No mês de outubro, o subsídio foi de CZ\$ 1,5 milhão, enquanto a representação ficou em CZ\$ 1,1 milhão. O projeto determina que, no início e ao final de cada ano, o parlamentar receberá uma ajuda de custo correspondente ao valor do subsídio. O deputado ou senador que faltar terá descontado de seu salário, a cada sessão, um trinta avos do subsídio e da representação, segundo a matéria aprovada. Fica estabelecido que a remuneração dos parlamentares será reajustada nas mesmas datas e percentuais fixados para os servidores da União.

A discussão sobre a necessidade de se votar o salário mínimo antes do salário dos parlamentares foi

levantada pelo líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa. Ele pediu que o projeto fosse retirado da pauta, mas o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), disse que isso só poderia ser feito se chegasse à mesa requerimento, nesse sentido, assinado por todos os líderes. O deputado Vivaldo Barbosa pediu verificação de quórum, transformando a votação em nominal, e o resultado foi o seguinte: 242 sim, 11 não e duas abstenções entre os deputados, aprovando a matéria. A verificação do Senado foi pedida pelo senador Mário Maia.

Antes, o Congresso Nacional manteve quatro vetos presidenciais sobre os seguintes projetos: que alterava a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região; que criava a universidade de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul; que regulava a profissão de supervisor educacional; e que estabelecia normas para voo por instrumentos.

A pauta previa a votação de dez medidas provisórias, nove delas reeditadas pelo governo. A primeira medida, que altera valores da taxa de fiscalização da instalação dos serviços de telecomunicações, chegou a receber parecer favorável do relator, deputado Nilson Gibson. Mas diversos parlamentares solicitaram ao presidente que adiasse para hoje a votação das medidas, para que os líderes pudessem discuti-las antes da decisão em plenário.

1º DEZ 1988